

ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de julho de 2016, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 44 relativa à reunião do dia 6 de julho de 2016;
- Discussão e votação, na especialidade, do texto de substituição do Projeto de Lei n.º 94/XIII (1.ª) - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (BE);
- 3. Ratificação das votações indiciárias ocorridas em sede de grupo de trabalho do Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 55/XIII (1.ª) (BE) Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral e 146/XIII (1.ª) (PS) Combate as Formas Modernas de Trabalho Forçado, procedendo à décima alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração do regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro;
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 101/XIII (1.ª) (PCP) Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções (em) Timor-Leste

Autor do parecer: Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP);



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 106/XIII (1.ª) (BE) - Reforça os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, garantindo um combate mais efetivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando o artigo 12.º do Código do Trabalho

Autora do parecer: Deputada Clara Marques Mendes (PSD);

- Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 83/XIII (1.ª), da iniciativa da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) Solicitam a criação do "Dia dos Irmãos", no dia 31 de maio.
 Deputada relatora: Helga Correia (PSD);
- 7. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 12/XIII (1.ª), da iniciativa da AATAE (Associação dos Agentes Técnicos de Arquitetura e Engenharia) Inconstitucionalidade da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);
- 8. Apreciação de notas de admissibilidade de petições pendentes e designação de deputados relatores;
- 9. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 44 relativa à reunião do dia 6 de julho de 2016;

Submetida à votação, foi a ata aprovada por unanimidade.



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

2. Discussão e votação, na especialidade, do texto de substituição do Projeto de Lei n.º 94/XIII (1.ª) - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (BE);

Procedeu-se, nos termos regimentais, à discussão, na especialidade, do texto de substituição do Projeto de Lei n.º 94/XIII (1.ª). Intervieram os Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Tiago Barbosa Ribeiro (PS) e Carla Barros (PSD).

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do PCP, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.

3. Ratificação das votações indiciárias ocorridas em sede de grupo de trabalho do Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 55/XIII (1.ª) (BE) - Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral e 146/XIII (1.ª) (PS) - Combate as Formas Modernas de Trabalho Forçado, procedendo à décima alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração do regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro:

Usaram da palavra os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Rita Rato (PCP), José Moura Soeiro (BE) e Tiago Barbosa Ribeiro (PS). Procedeu-se de seguida à ratificação das votações indiciárias ocorridas naquela manhã em sede de grupo de trabalho.

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 101/XIII (1.ª) (PCP) - Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções (em) Timor-Leste

Autor do parecer: Deputado Filipe Lobo D' Ávila (CDS-PP);



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Filipe Lobo D' Ávila (CDS-PP) apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 101/XIII (1.ª) (PCP). Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade. Quer o Senhor Presidente quer a Senhora Vice-Presidente Wanda Guimarães cumprimentaram o Deputado autor do parecer pela forma interessante e bem construída como o mesmo foi elaborado.

5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 106/XIII (1.ª) (BE) - Reforça os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, garantindo um combate mais efetivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando o artigo 12.º do Código do Trabalho

Autora do parecer: Deputada Clara Marques Mendes (PSD);

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 106/XIII (1.ª) (BE). Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade. Quer o Senhor Presidente quer o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) cumprimentaram a autora pelo parecer apresentado.

 Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 83/XIII (1.ª), da iniciativa da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) -Solicitam a criação do "Dia dos Irmãos", no dia 31 de maio Deputada relatora: Helga Correia (PSD);

Uma vez apresentado o relatório final sobre a Petição n.º 83/XIII (1.ª) pela Deputada Helga Correia (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade depois submetido à votação.

7. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 12/XIII (1.ª), da iniciativa da AATAE (Associação dos Agentes Técnicos de Arquitetura e Engenharia) - Inconstitucionalidade da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

Depois de apresentado o relatório final sobre a Petição n.º 12/XIII (1.ª) pela Deputada Susana Lamas (PSD), foi o mesmo submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- 8. Apreciação e votação das notas de admissibilidade das seguintes Petições:
 - Petição n.º 54/XIII (1.ª), da iniciativa de Constantino José Ferreira Alves Latada, que Pretende que o sector privado usufrua de um horário máximo de trabalho de 35 horas semanais, tal como está a ser ponderado aplicar aos trabalhadores do sector público;
 - Petição n.º 140/XIII (1.ª), da iniciativa de José Manuel Rodrigues de Abreu, que Suscita a inconstitucionalidade da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas.

É proposto em ambas as petições individuais a sua junção, num único processo de tramitação, dada a "manifesta identidade de objeto e pretensão" (n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto) à Petição n.º 21/XIII/1.ª, que, sendo coletiva, tem 4111 assinaturas, da iniciativa de Mauro Germano de Carvalho Rosa, *Igualdade de direitos laborais entre trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho e trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, nas instituições do Estado Português.*

Por esta razão não é necessária a designação de deputados relatores.

Submetidas à votação, foram as notas de admissibilidade aprovadas por unanimidade.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) lembrou que, não obstante as sucessivas chamadas de atenção por parte do GP do PCP, subsistem petições pendentes entradas na Assembleia da República desde 2012, o que lhe parece incompreensível. Interveio a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) para esclarecer que a única petição nessas condições de que é relatora, devido à pressão feita, ficará concluída na próxima reunião, não obstante o Governo atual não se ter pronunciado sobre aquela matéria.



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que, com grande probabilidade, a reunião da próxima semana terá lugar na quinta e não na quarta-feira.

A reunião foi gravada, constituindo a <u>gravação áudio</u> parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 setembro 2016.

OPRESIDENTE

MELICIANO BARREIRAS DUARTE



ATA NÚMERO 46/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva António Carlos Monteiro Carla Barros Clara Marques Mendes Feliciano Barreiras Duarte Filipe Lobo D' Ávila Inês Lamego Isabel Pires Joana Barata Lopes Joaquim Raposo José Moura Soeiro Maria das Mercês Borges Pedro Roque Ricardo Bexiga Rita Rato Rui Riso Sandra Pereira Sofia Araújo Sónia Fertuzinhos Susana Lamas Tiago Barbosa Ribeiro Wanda Guimarães Helga Correia Laura Monteiro Magalhães Maria da Luz Rosinha Maria Luísa Cabral

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José Rui Cruz

e., .